

RELATÓRIO

II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás



GOIÂNIA, 06 DE SETEMBRO DE 2016.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Alameda dos Buritis, nº 231 Setor Oeste
CEP: 74.019-900 – Goiânia – GO - Fone: (62) 3221-3042 - E-mail: csp@assembleia.go.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Segurança Pública participou do II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás, realizado no dia 06 de setembro de 2016 no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFG. O evento foi promovido com o objetivo de apresentar debates, conferências e apresentação de trabalhos referentes ao sistema socioeducativo do Estado.

No Brasil, 29 crianças e adolescentes morrem, todo dia, vítimas de homicídio, de acordo com estudo da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. Esse é um dos dados alarmantes sobre a situação dos jovens e adolescentes no país, vítimas e atores do ciclo de violência. Para refletir sobre a gravidade do cenário e pensar em propostas para a melhoria do sistema socioeducativo brasileiro, diversos profissionais de todo o país participaram **do II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás**. O evento, promovido pelo Centro de Ensino Pesquisa e Extensão do Adolescente (Cepea), da Faculdade de Educação da UFG, se propôs a pensar coletivamente sobre a questão do adolescente em conflito com a lei.

O encontro visou também contribuir para o diálogo entre os entes que atuam no sistema socioeducativo e ainda reforçar a formação de trabalhadores do sistema. Dessa forma, buscou-se o fortalecimento das atividades voltadas ao atendimento de adolescentes, em consonância com o ECA e SINASE, contemplando os direitos humanos e buscando transformar e intervir sobre a dura realidade que aflige o adolescente e todo o sistema socioeducativo no Brasil e em particular no Estado de Goiás.

O evento ofereceu aos participantes, além da possibilidade de intervenção nas conferências e mesas redondas, um espaço para Apresentação de Trabalhos/Relatos de Experiências, com o objetivo de possibilitar o protagonismo dos trabalhadores e de socializar as experiências socioeducativas com adolescentes.

RELATÓRIO

A abertura oficial do evento ocorreu às 8:00h da manhã com a presença de várias autoridades envolvidas com o tema. Participaram da mesa a Diretora em exercício da Faculdade de Educação da UFG, Lueli Nogueira Duarte; o Presidente da associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do estado de Goiás, Roberto Condé; a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Geraldina de Souza Furtado Lemos; a representante do Grupo Executivo de Apoio à Criança e Adolescente, Bruna facco de Mello; e a representante da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, Professora Miriam Fábria Alves.

Durante a abertura do encontro, a diretora em exercício da Faculdade de Educação da UFG, Lueli Nogueira Duarte, ressaltou que o evento é uma oportunidade para dar continuidade às discussões promovidas pelo Cepea. Ela advertiu que a sociedade precisa estar atenta à propostas como a redução da maioria penal e o aumento da pena mínima para adolescentes em conflito com a lei que, segundo ela, colocam em risco todo o trabalho que tem sido realizado.

O presidente da Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás, Roberto Condé lembrou que o sistema passa por transformações contínuas e carece de um cuidado maior. A diretora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), Gardênia Furtado, destacou o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, aprovado na Capital em maio de 2016, que prevê ações articuladas para os próximos dez anos. “Essas metas só serão alcançadas se diferentes setores do governo e da sociedade reconhecerem a importância desse assunto, se envolverem e participarem. Sem esquecer que falamos de socioeducação e não de punição”, pontuou.

Representando o reitor da UFG, a coordenadora de Licenciatura e Educação Básica, Mirian Fábria Alves, lembrou a importância da Universidade se envolver nesse debate, destacando a crescente produção e pesquisa na área e criação de projetos de extensão envolvendo o sistema socioeducativo. “Precisamos nos unir coletivamente em prol de compreender que punição, encarceramento e extermínio não são nossas bandeiras. Nossa bandeira é a educação”, afirmou. Segundo ela, há muitas iniciativas interessantes já sendo

executadas e elas precisam ser conhecidas, porque são essas experiências que fomentam a prática.

Logo após, realizou-se uma Mesa Redonda, cujo tema foi **“Desafios e Possibilidades da Socioeducação”**. A mesa foi composta pela: Prof^ª Dra Marilúcia Lago – da Faculdade de Educação/UFG; promotora Karina D’Abruzzo – Ministério Público do Estado de Goiás; Cláudio Augusto Vieira da Silva – Coordenador Geral do Sistema Nacional das Medidas Socioeducativas Secretaria de Direitos Humanos/Governo Federal; e pela Prof^ª Geisa Mozzer – Coordenadora do CEPEA da Faculdade de Educação/UFG.



Cláudio Vieira lembrou que a socioeducação deve ser baseada em princípios e o primeiro deles deve ser a educação. “Nosso objetivo não deve ser prender ninguém. A impressão que temos é que a violência no país é culpa dos adolescentes, mas quem faz o crime são os adultos. Os adolescentes são os que morrem por isso, especialmente os jovens e pretos”, destacou. O representante da Presidência da República lembrou que o desafio do sistema socioeducativo é abraçar esses jovens e ajudá-los. “Temos que travar uma grande luta de concepção para garantir que no sistema não tenha lugar para torturador e

encarcerador”, defendeu. Segundo ele, para que o Sinase funcione, o órgão tem que trabalhar junto com os estados e municípios num projeto educativo complexo.

Karina D'Abruzzo compartilhou com o público suas preocupações e lembrou aos profissionais do sistema socioeducativo que é preciso acreditar e não permitir que as zonas de conforto os deixem sem ideais. A promotora lembrou que o problema dos adolescentes em conflito com a lei geralmente começa em casa, quando os pais transferem para a escola ou para outras instituições a responsabilidade de educar. “É um ciclo vicioso. Essas crianças e adolescentes não nascem maus”, afirmou, lembrando que é preciso limites e que cuidar não é só passar a mão na cabeça, mas que punições severas não trazem os resultados esperados. “Ou dormimos com esse barulho e continuamos fazendo mais do mesmo ou, sem perder o olhar crítico, fazemos aquilo que cabe a cada um de nós. Essa sensação de impunidade acontece por 'n' fatores, entre eles a nossa culpa”, provocou.

Marilúcia Lago destacou a necessidade de os profissionais formadores entenderem seus papéis como educadores para poderem contribuir com a luta de construir um sistema socioeducativo que funcione. “A academia deve à sociedade uma formação mais social e mais libertadora. Estamos aqui hoje buscando recuperar nosso lugar nesse processo”, afirmou. Para a professora, o encarceramento não recupera o indivíduo e ainda cristaliza o que ela chamou de forma perversa de manter a desigualdade social. “O que transforma é a educação libertadora. Ai eu pergunto: o sistema socioeducativo hoje faz o seu papel de educação libertadora? A resposta é não”, provocou, convidando os presentes ao debate.

Já no período vespertino, houve a apresentação de relatos de experiência de trabalhadores do Sistema Socioeducativo. Sob a coordenação do professor Paulo Vinícius da Universidade Federal de Goiás - UFG, os grupos iniciaram a apresentação na seguinte forma:

1º) Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Casa de Semiliberdade de Anápolis.

Os colaboradores explanaram sobre as ações realizadas pelos atores envolvidos, como agentes, educadores, administradores, adolescentes, incluindo também seus familiares. Aproveitaram para explicitar acerca do regimento interno da casa, que segundo a opinião do grupo está muito aquém da realidade. Levantaram também questionamentos sobre a metodologia aplicada, como reuniões, debates, questionários aplicados aos adolescentes e educadores, bem como a realização de assembleia geral.

2º) Interação e Interação

O grupo dessa pesquisa pertencia à Secretaria de Assistência Social da cidade de Aparecida de Goiânia. Elucidaram questões relacionadas com o Projeto Pedagógico, o Plano individual de atendimento – PIA e também a Sistematização do trabalho socioeducativo em grupos.

3º) Resignificando as palavras

O tema foi apresentado pelos trabalhadores da Unidade de Formosa de Internação e discutiram sobre cursos de formação dos servidores públicos, subsídios para produção de textos direcionados aos socioeducandos, avaliação de Português e Redação para os mesmos, buscando a motivação para os adolescentes e a preparação para o ENEM.

4º) Contribuições do ensino de Ciências no Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia: limites e possibilidades de formação cidadã.

Esse grupo pontuou sobre a possibilidade de incorporar valores sociais para os adolescentes reeducandos. Além disso, abordou as condições de ensino no Centro de Atendimento Socioeducativo, incluindo a necessidade de adequação do conteúdo com a realidade dos adolescentes e a explicitação de conhecimentos e ideias. Houve também sugestões no sentido que o ensino não seja apenas aulas voltadas a memorização de conteúdos, mas que visem também ao desenvolvimento de outras potencialidades.

5º) Cultura em ação: “Jovem em movimento”

O tema foi discutido pelos trabalhadores da região Norte de Goiânia, aplicado pelos CREAS. O objetivo principal foi a reflexão da arte, cultura e lazer para a construção de novas possibilidades, buscando incentivar as potencialidades criativas e artísticas. Nesse projeto incluiu-se trabalhos voluntários com diferentes temáticas, como teatro, grafite, cultura regional, música (especialmente o rap), curtas metragens, rodas de conversa, compartilhamento de histórias de vidas. O grupo deixou explícito sua opinião, segundo a qual a repressão não corrige os adolescentes, e sim a educação.

Após a apresentação dos trabalhos de experiências dos trabalhadores do sistema socioeducativo, realizou-se mais duas Mesas Redondas, a primeira abordou o tema **“A intersectorialidade fortalecendo o Sistema Socioeducativo – Experiências e Filmes**. Nesta

houve a participação da prof^a Dra Geisa Mozzer – Coordenadora do CEPEA/FE/UFG, da psicóloga Elaine F. C. Mesquita – CAPSad Negrão de Lima e do psiquiatra e cineasta Lourival Belém Júnior – membro do Coletivo Liberdade.

Na segunda o tema foi “Dilemas da Implementação do SINASE em Goiás”, com a participação de Tarihan Chaveiro – representante do Núcleo de Estudos sobre criminalidade e violência da Faculdade de Ciências Sociais da UFG (NECRIVI/UFG), representante da Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo (ASSED-GO), bem como representante do GECRIA/Secretaria Cidadã-GO e representante do Juizado da Infância e Juventude.